

A SOCIEDADE OPERÁRIA VISTA PELOS PERIÓDICOS: AS CRÍTICAS DOS PERIÓDICOS ANARQUISTAS ÀS HABITAÇÕES OPERÁRIAS EM 1917 NA CIDADE DE SÃO PAULO

Roque Lemos Junior⁶⁹

RESUMO

As habitações da classe trabalhadora como testemunho da mudança nas relações de poder e luta de classe, além da percepção da figura do operário como um agente importante para a construção da cidade de São Paulo. Através da pesquisa histórica sobre o mundo operário, este trabalho também discorre sobre a luta da classe trabalhadora em busca de uma melhoria de qualidade de vida. As vilas se apresentam como uma ferramenta e objeto que nos possibilitam compreender todo o mundo operário, um mundo além das fábricas, sendo essas habitações um fenômeno arquitetônico, social, econômico e principalmente, político. Meu objetivo é proporcionar a compreensão dos fatos que nos indicam a transformação na relação entre operários e a sociedade.

Palavras-chave: Operário, Habitação social, São Paulo, Jornal A Plebe.

ABSTRACT

This paper intends to develop a reflection on the historical context of working-class housing in the First Republic, focusing on the criticisms made by the journal A Plebe on these housing in 1917. Working-class housing as a testimony to the change in power relations and class struggle, besides the perception of the worker figure as an important agent for the construction of the city of São Paulo. Through historical research on the working world, this paper also discusses the struggle of the working class in search of an improvement of quality of life, where this part of society demonstrates its strength and defends the advances in its political and social position.

Villages present themselves as a tool and object that enable us to understand the entire working world, a world beyond the factories, and these dwellings are an architectural, social, economic and

⁶⁹ Graduado em Licenciatura e Bacharel em História – UFSC. Auxiliar Pedagógico na Coordenadoria das Fortalezas da Ilha de Santa Catarina.

especially political phenomenon. My goal is to provide an understanding of the facts that indicate the transformation in the relationship between workers and society.

Key words: Labour movement, Social habitation, São Paulo, A Plebe.

A CONSTRUÇÃO DAS VILAS OPERÁRIAS EM SÃO PAULO

Ao construir suas vilas operárias, o industrial não está apenas tentando superar uma lacuna que eventualmente, poderia ser solucionada pelo poder público. Ele está, antes de qualquer coisa, construindo um instrumento que o ajude a pressionar a força de trabalho num período de frequentes crises de mercado e conflito nas relações de trabalho⁷⁰.

A citação acima, retirada da obra “Eu não tenho onde morar” (Blay, 1985), registra o começo da construção das habitações operárias, que mais tarde se tornaram as vilas operárias. Para alguns pesquisadores sendo uma adaptação do cortiço carioca e, contendo alguns aspectos das senzalas do período colonial, principalmente porque a senzala era uma extensão da casa grande e as vilas acabaram por ser uma extensão das fábricas⁷¹.

⁷⁰ Eva Alterman Blay (P. 97, 1985).

⁷¹ Muitas das vilas operárias se encontravam na vizinhança das fábricas, algumas até mesmo pertenciam ao mesmo terreno.

⁷² Lei Nº 315, de 14 de agosto de 1897. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/sp/s/sao-paulo/lei-ordinaria/1897/32/315/lei-ordinaria-n-315-1897-autoriza-o-contracto-com-guilherme-m-rudge-para-construcao-de-villas-operarias-1897-08-14-versao-original>. Acesso em: 22/03/2019.

A comissão faz especificações sobre o tipo de construção que as casas devem obedecer, indicando altura do pé-direito, altura das postas, das janelas, e assim como tipo de revestimento. Tais especificações, tidas como “técnicas”, são na verdade sociais, pois todas elas seguem padrões inferiores às exigências postas às casas burguesas. (Blay, P. 72, 1985)

Na Primeira República as habitações operárias geralmente não avançaram muito além dos padrões já determinados durante o período, algumas medidas foram tomadas para facilitar a vida dos construtores. Algumas propostas e licenças para a construção das vilas foram solicitadas à Câmara em 1891 pelo vereador Francisco Amaro, que pediu um terreno para construir uma vila operária, mas não teve sucesso, pois todos os pedidos estavam suspensos até a próxima eleição municipal.

Em 1897, a Lei Ordinária n. 315⁷² dava autorização a um contrato com Guilherme M. Rudge para a construção de 2.000 habitações de quatro tipos diversos, formando assim vilas operárias.

Sendo o primeiro tipo de casa com três cômodos, contendo uma

cozinha, além de ter latrina, com área mínima de 30 m² da parte edificada. A segunda espécie de casas era com quatro cômodos, sendo dois quartos, sala e cozinha, além da área cimentada e latrina, sendo a área mínima de 37 m². O terceiro tipo tinha que conter cinco cômodos, senda uma sala, três quartos e cozinha, tendo 45 m². No último tipo, as habitações eram intercaladas nas vilas operárias e construídas na proporção, no máximo de 10% da área total. Em alguns casos aceitava-se que as vilas fossem construídas em terrenos distantes, porém o poder público teria que entrar em contato com as linhas de bondes, para que assim as passagens ficassem mais baratas para os futuros moradores, ou seja, os operários.

Na Câmara Municipal, existiam discussões sobre a construção de habitações operárias em larga escala, sendo dividida em dois grupos. Segundo a cientista social Eva Blay, esses grupos seriam, um voltado ao Capitalismo Concorrencial e o outro uma tendência capitalista monopolista, tendo assim um conflito de interesse entre esses dois

grupos sobre como deveriam ser construídas as habitações.

A corrente voltada para o Capitalismo Concorrencial⁷³, representado por Vicente de Azevedo e Elias Fausto Pacheco Jordão concordavam em com um projeto do qual o município garantisse juros de 8% sobre o capital investido na construção das casas operárias, evitando assim favores individuais e monopólios. Já o outro grupo tem como um dos seus representantes Guilherme Maxwell Rudge, sendo este grupo favorável a um projeto que solicitava a isenção de impostos para a construção das habitações e isenção em impostos em ações que envolviam essas construções. Esse projeto encontrou resistência mesmo após ser aprovada em 14 de agosto de 1897 (Blay, P. 83, 1985).

O sistema fez com que a casa do trabalhador fosse transformada em uma situação de vulnerabilidade para o operário, ao conseguir a permissão do poder público e construindo as suas vilas os patrões ou construtores não estavam apenas tentando superar uma lacuna que poderia ser solucionada pelo poder

⁷³ Capitalismo monopolista corresponde a um tipo de economia em que o grande comércio e a grande indústria são controlados pelo poderio econômico dos bancos e outras instituições financeiras, tendo a possibilidade de surgir um monopólio. Capitalismo Concorrencial corresponde a produção por produzir, não se preocupando com a demanda do mercado, pois o capitalista vai encontrar outro capitalista que faz um produto parecido com o seu, tendo assim uma concorrência.

público, mas sim estão construindo um instrumento que ajude a pressionar e ter o poder sobre a força de trabalho em tempos de crises, como no ano de 1917, onde ocorreu uma maior agitação operária por causa de uma série de greves, e por isso essas vilas acabavam por serem usadas para reprimir os movimentos grevistas, além de serem usadas como uma forma de investir dinheiro e assim obter lucros.

Não sendo mais necessárias apresentação de plantas para as construções das habitações, apenas uma breve descrição do que seria construído, surge a Lei Nº 480⁷⁴, de 18 de agosto de 1900 (depois revogadas pela Lei nº 14106/2005), na qual fica claro o objetivo de garantir condições mínimas de higiene às habitações da classe desprovida de capital, mas isso sem deixar de favorecer os empresários. Pois os patrões utilizaram as vilas operárias para manter os trabalhadores próximos às fábricas, comprometendo toda a sua família com proletarização e amarrar todos com o sucesso da fábrica, tendo assim um maior controle sobre o trabalhador e alcançando seu objetivo de

controlar e domesticar a mão-de-obra operária.

Um modo de simplificar o custo das habitações era construir pés-direitos (altura entre o piso e o forro de um compartimento ou pavimento, ou altura da coluna ou pilar em que se apoia um arco.) de apenas 3 metros, sendo mais baixo que as das outras casas construídas em São Paulo. Uma contradição que ocorreu no estado foi o cumprimento da determinação do Código Sanitário do estado de São Paulo de 1894, onde na determinação exigia que as habitações operárias ficassem localizadas fora da aglomeração urbana, porém se contradizia um padrão municipal anterior onde se exigia a aprovação de plantas, impossibilitando assim a construção de casas em áreas desfavoráveis, como nas proximidades do Rio Tamanduateí, onde foram construídas algumas vilas operárias como, por exemplo, a Vila Suíça, localizada na região conhecida como baixada do Glicério⁷⁵.

Somente em 1902 começou a se falar em embelezamento, pois nessa época já se tinha um debate sobre

⁷⁴ Lei nº 480 de 18 de agosto de 1900. Autoriza o prefeito a despender até 96 contos de e trezentos e 64 mil réis com o calçamento do largo do Riachuelo e regularização do escoamento de águas.

⁷⁵ É um bairro do centro de São Paulo, situado às margens do rio Tamanduateí. Seu nome é uma homenagem a Francisco Glicério, político paulista.

saneamento. O embelezamento deveria ser considerado uma ferramenta para favorecer a paisagem urbana e não algo para ser apreciado pela população. Algumas propostas que foram elaboradas e encaminhadas para o governo municipal, eram mais complexas e acabavam por encarecer a construção, algo totalmente contrário ao padrão municipal para as vilas operárias. Nesse contexto, no qual o poder público dependia que os empresários construíssem em troca de isenções, algumas empresas construíram vilas para seus próprios operários. Muitas vezes dentro do terreno, nos fundos faz fábricas, viviam os trabalhadores e suas famílias, sobre um forte controle dos patrões.

Geralmente os aluguéis e outros encargos eram descontados na folha de pagamento dos trabalhadores. Em caso de greve os moradores poderiam ser expulsos de suas casas, criando assim um comércio e um novo processo de produção de renda do sistema capitalista. Podemos ver essa análise na obra de Lúcio Kowarick “A espoliação urbana” (1979), onde ele nos fala:

A produção capitalista organiza-se, não para prover os trabalhadores com os meios de vida necessários para a sua subsistência, mas para

realizar um excedente que é privadamente apropriado. (Kowarick, 1979, p. 56).

Na proximidade do Rio Tietê, no bairro do Belenzinho, foi construída a Vila Boyes, pelo empresário Simeon Boyes, para seus operários de sua fábrica, esta vila foi construída com alvenaria de tijolos e com banheiro interno no térreo ao lado da cozinha⁷⁶, este modelo introduziu a caracterização dos sobradinhos.

Anexa a Companhia Nacional de Tecidos de Juta, a vila Maria Zélia (construída em 1912), era considerada como um modelo a ser seguido, pois além de habitação, também oferecia atividades de lazer com a finalidade de amenizar a dureza da vida operária. Talvez isso se deva ao fato de o proprietário ser um médico e industrial, Jorge Street. Mas não vamos esquecer que essa “boa vontade” não escondia que sua intenção era melhorar o desempenho dos trabalhadores dentro da fábrica e assim aumentar o seu lucro. Projetada pelo arquiteto Paul Pedarrieux, foi inaugurada em 1917, para abrigar os operários que trabalhavam na Companhia Nacional de Tecidos de Juta. Esse fato nos faz pensar que até mesmo as vilas mais completas, apenas foram

⁷⁶ Segundo o levantamento realizado pela arquiteta Dalva Thomaz. (Lemos, 1989. p. 75 e 76.)

criadas para que o patrão tenha mais “controle” sobre os seus funcionários através de ameaças de despejos ou demissões e outras formas de repressão. Além dessas construções servirem também para diminuir o valor dos rendimentos dos operários, já que muitos dos trabalhadores pagavam por essas casas, em alguns casos era descontado em folha.

Originalmente a Vila Maria Zélia possuía aproximadamente 220 casas, com água encanada, medindo de 75 a 110 m², com fachadas frontais voltadas para a rua principal, os serviços coletivos, como por exemplo, as creches, se localizavam junto ao seu acesso principal. Como nas outras vilas da época, os salários dos operários, taxa de água ou até mesmo algumas compras nos armazéns eram descontados na folha do pagamento.

Muitas outras vilas foram construídas na cidade de São Paulo ao longo dos anos 1910-20, como exemplo a Vila Marquesa de Itu, Vila Boyes (Matarazzo), Vila Santa Maria entre outras. A Vila Marquesa (Vila dos Ingleses) se destaca das outras por ter sido utilizada temporariamente pelos engenheiros da São Paulo Railway, construída entre 1915 e 1919, com estilo arquitetônico vitoriano e colonial

brasileiro. Ela foi fundada por pelo engenheiro Eduardo Aguiar de Andrada e arquitetada por Germano Bresser.

Por mais que algumas vilas tenham sido construídas e posteriormente consideradas referências, ainda assim não escondiam o principal motivo para elas existirem, ou seja, mesmo tendo as suas diferenças e suas excepcionalidades, todas foram construídas para serem habitações baratas e simples, apenas para que os operários tivessem onde descansar, para poder ir trabalhar no outro dia.

Como podemos observar na pesquisa realizada pelo arquiteto Hugo Segawa (2004), foi realizada uma licitação pública para a apresentação de projetos de habitações operárias econômicas, destinada apenas à uma família por casa. Conforme o edital as propostas de habitações deveriam contemplar certas condições, como exemplo, ter dois compartimentos habitáveis, do qual um seria a cozinha juntamente com uma área de permanência diurna. Esse modelo seria especificamente para famílias sem filhos, mas todas as moradias deveriam ser projetadas para possível adaptação para uma família com filhos, podendo assim “criar” novos cômodos. Sendo este edital uma concorrência pública para

apresentação de projetos de casas proletárias econômicas, destinadas à habitação de uma só família⁷⁷.

Como podemos perceber, esses projetos necessitavam atender à três condições básicas de habitação, sendo elas economia (casas barateadas), comodidade (vilas sendo construídas nos fundos dos terrenos das fábricas ou em terrenos próximos) e higiene (pelo menos higiene básica).

QUAIS SÃO ESSAS DENÚNCIAS?

No final do século XIX e as primeiras décadas do século XX, o movimento operários teve influências de diversas correntes de pensamentos políticos filosóficos, dentre deles talvez o mais importante tenha sido o Anarquismo, e foi usando a imprensa como ferramenta que os anarquistas realizavam fortes críticas ao estado deplorável da vida social urbana e as habitações operárias. Estas críticas ficaram mais duras durante o ano de 1917, onde ocorreu a Greve Geral de 1917 que foi uma das maiores épocas de agitação desse mundo. Diversos periódicos realizavam essas críticas, como por exemplo, A Lanterna, A Plebe,

La Battaglia e A Terra Livre, foram os maiores críticos desse problema.

Por esse fato o Anarquismo teve uma grande importância na construção e organização da classe trabalhadora na Primeira República, através, da fundação dos sindicatos e seus pilares libertários, usando principalmente os jornais⁷⁸ como meio de comunicação entre os trabalhadores. Porém tinham um grande inimigo, a mídia convencional, como o jornal e “Correio Paulistano”, que criticava duramente os anarquistas e o movimento operário, e A Plebe combatia continuamente esses periódicos conservadores como podemos notar na primeira edição de A Plebe:

No que não concordamos absolutamente com o correio é na afirmativa final do conselho: Em São Paulo, só não ganha dinheiro quem não trabalha, só é pobre quem é vadio.” (Benjamim Mota. “O pobre é um vadio?”. A Plebe. N.1. P.1. 9 de junho de 1917).

A mídia convencional e o poder público/privado sempre tentaram deslegitimar a movimentação dessa classe trabalhadora, deixando assim o dever de evidenciar o outro lado da história e o descaso que se tinha com a sociedade operária, por isso era comum ter colunas dedicadas a rebater as críticas dessa mídia conservadora.

⁷⁷ SEGAWA, 2004. P. 134.

⁷⁸ Foi pesquisado o periódico “A Plebe”.

No dia 31 de maio de 1917, o jornal Correio Paulistano lançou em sua edição⁷⁹ uma coluna que trazia os seguintes dizeres: “Em S. Paulo, só não ganha dinheiro quem não trabalha, só é pobre quem é vadio” (Correio Paulistano, 1917). Ou seja, para a mídia conservadora do estado de São Paulo, só era pobre quem não trabalhava, mas a realidade dizia o contrário. Os operários com certeza eram os que mais trabalhavam e continuavam a ser pobres, devido ao sistema capitalista e sua exploração, o que indignava muito os periódicos anarquistas, como se pode notar uma na edição de A Plebe de 09 de junho de 17, onde além de rebater a crítica, já aproveita e faz outra crítica à habitação dos trabalhadores e seu alto custo do aluguel:

Pobres são todos aqueles que, numa sociedade que repousa sobre o dinheiro inviolável o sagrado da propriedade, veem-se obrigados a alugar, por vil preço, a força dos seus músculos ou da sua inteligência, em proveito exclusivo da burguesia capitalista e parasita que vive a custa do suor e dos esforços alheios. Só é pobre quem é vadio! Mas então o operário que labuta doze ou quatorze horas por dia, para ganhar 3\$000 ou 4\$000 e que no fim do mês não tem o suficiente para o aluguel do tugúrio em que habita e para pagar o vendeiro e o padeiro, é um vadio? (Benjamim Mota. “O pobre é um vadio?”. A Plebe. N.1. P.1. 9 de junho de 1917).

Uma das reivindicações do movimento operário sempre envolvia o aumento de seus salários, e assim, conseguir melhorar a sua qualidade de vida e de sua família. Pois além, de toda a exploração o trabalhador tinha que se preocupar em não deixar seus familiares passar fome, o que lhe causava um grande desespero já que não podia se dar ao luxo de ficar doente ou faltar o serviço por qualquer que seja o motivo, algo que também era denunciado pela A Plebe: Este dito tudo. Mora numa alfaria tem mulher e filhos a sustentar, e um dia sem trabalho é um dia de fome e desespero. (R.F. “Commentarios de um plebeu”. A Plebe. N.2. P.1. 16 de junho de 1917).

Nesta mesma edição é dada uma importância sobre o desastre ocorrido na cidade do Rio de Janeiro, o desabamento de um prédio onde residiam trabalhadores, o que demonstra um descaso com os trabalhadores por parte do governo, tanto em São Paulo, como também no Rio de Janeiro (A Plebe, 16 junho de 1917). E em forma de apoio às famílias e vítimas desse desastre foi feito um comício de protesto no Brás, nos mostrando que a união dos operários não era algo local e sim nacional. Esse fato

⁷⁹ Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=090972_06&PagFis=42762. Acesso em 02/05/2019.

também nos faz observar que a articulação e comunicação dos periódicos entre si, também se estendia a outros lugares e estados.

O salário que o operariado recebia não era o suficiente para que ele pudesse ter uma vida mais digna, era baixo ou trocado por vales para que fossem gastos nas mercearias das próprias vilas, além do constante aumento de preço que sofriam os gêneros de primeira necessidade. Fato que contribuía para que o já pequeno salário parecesse ainda menor, quase não sobrando muito para pagar o aluguel da habitação em que morava. Ou seja, transforma-se outro fato que influencia no problema da habitação operária, tornando o salário insuficiente para quitar suas contas, e por isso exigiam um aumento de salário, como foi exposto na segunda edição, em seu primeiro ano:

Exigem aumento de salário, para poderem atender a sua manutenção, pois o que vinham ganhando era absolutamente insuficiente, e cada dia se tornava mais escasso ante o aumento constante dos preços dos gêneros de primeira necessidade (A Plebe “Os canteiros”. A Plebe. N.2. P.3. 16 de junho de 1917).

Além de receber um baixo salário, outro grande problema com suas finanças eram os vales que os patrões pagavam, no lugar de salários, vales

esses que apenas podiam ser gastos nas mercearias das vilas operárias, onde os produtos de básicos de alimentação e outros gêneros sempre sofriam um aumento de preço, como podemos observar na tabela sobre indicadores de preços e salários em 1915-1917, Tabela retirada da obra “Trabalho urbano e conflito social – 1980-1920”, (Fausto, 2016, p 192.)⁸⁰:

Como constatado na tabela citada acima, podemos perceber que aconteceu um gradativo aumento dos preços. Os gêneros alimentícios, por exemplo, aumentaram em torno de 1.6% de 1915 até 1916, e tendo um aumento de aproximadamente 13% de 1915 até 1917, período em que a greve geral ocorreu. Já no aluguel da casa, de 1915 para o ano de 1917, aumentou 11.5% aproximadamente (Fausto, 2016, p 192.). Fazendo com que o salário ou vale ficasse cada vez menor.

Com essa medida do patrão - pagar vales ao invés de salários - o trabalhador fica impossibilitado de comprar gêneros de primeira necessidade em outros lugares, fora das vilas e quando estes se negavam a gastar seu pequeno salário nos armazém, sofriam uma grande repreensão por parte

⁸⁰ Mario Cardim. Ensaio de análise de fatores econômicos e financeiros do estado de São Paulo: secretaria da agricultura, indústria e comércio, 1936. Observação: A e B referem-se a cidade de São Paulo.

dos empresários, alguns até corriam o risco de ser demitidos, como foi noticiado pelo jornal: “O operário que se nega a realizar as suas compras no armazém do salário patrão e despedido do trabalho” (A Plebe, 16 de junho de 1917).

No dia 27 de junho de 1917, a grande imprensa lança um ataque a classe trabalhadora e sua greve, onde este jornal dá a entender que a greve operária tinha um cunho de exploração anárquica ou socialista. Ou seja, tenta tirar o poder e controle dos operários sobre a greve e passa a dizer que a culpa da cidade ter parado é dos libertários (anarquistas e socialistas) e com isso a mídia tenta colocar o movimento grevista na ilegalidade, porém já no sábado dia 30, A Plebe rebate essa crítica, firmando a ideia de que toda luta por melhoria e direito é justa, como pode ser observado na coluna “Nota simples” assinada por Joly:

Toda a greve operária é justa, pois os trabalhadores, ao declará-las tem em vista melhorar as suas condições econômicas, sempre precárias, e protestar ao mesmo tempo, contra a tirania capitalística. (Joly. “Nota simples”. A Plebe. N.4. P.4. 30 de junho de 1917).

Com certeza a maior reivindicação dos operários envolvia a parte financeira, ou seja, o aumento de seus salários, pois com um salário mais digno, se poderiam viver melhor, se

alimentar melhor e principalmente morar melhor. Por mais que os empresários construíssem as vilas para abrigar os seus trabalhadores, porém não somente isso também servia como uma ferramenta de controle dos operários e de arrecadar mais capital, essas construções eram de baixo nível comparado as casas de classe média, porém essas vilas não abrigavam os trabalhadores e suas famílias de forma adequada, em alguns casos os moradores dividiam cômodos - por exemplo, o banheiro – para que assim as contas do aluguel ficasse mais acessível. Além dessas artimanhas por parte dos operários, as péssimas condições dessas casas eram denunciadas pelos periódicos independentes, como em A Plebe, no dia 09 de julho:

Ela - a cidade – agora coberta de moradias em que eles não abrigam, armazenada de estofos, com que eles se não agasalham; abarrotada de alimentos, com que eles se não saciam. (Eça de Queiroz. “A Plebe”. A Plebe. N. 5. P.1. 09 de julho de 1917).

Sendo assim podemos perceber que conseguir pagar o aluguel de sua residência se torna uma grande prioridade para o operário paulista, fazendo com que quase não lhe sobre algum dinheiro para as outras necessidades básicas, como alimentação, higiene e outros gêneros. Por esse fato muitos operários reclamavam e exigiam

um salário mais justo e digno, e por muitas das vezes acabavam tendo as portas fechadas na sua cara, sendo totalmente ignorados pelo seu patrão, como denunciado pela A Plebe em 21 de julho daquele ano:

(...) por consequência os operários não podem comprar um pedaço de pão porque o salário não basta. Os operários fazem reclamações exigindo salários mais equitativos e os patrões fecham-lhes as portas na cara. (João Crispim. “A única e necessária solução”. A Plebe. N.6. P.2. 21 de julho de 1917).

Outro grande problema que enfrentava a classe trabalhadora era a diminuição de seus salários e o aumento dos preços das mercearias, principalmente os produtos de primeira necessidade. Muitos dos trabalhadores beiraram a situação de calamidade, um estado lastimoso, uma situação que, segundo o periódico, apenas poderia se inverter através de uma greve. Uma ideia que o periódico e seus organizadores apoiavam e deixam bem nítido o posicionamento a fazer de uma greve, como podemos observar na coluna "Nota Simples":

Os trabalhadores vendo, dia a dia, os seus salários diminuídos, o vendeiro aumentando consideravelmente os gêneros de primeira necessidade, encontravam-se num estado tão lastimoso e precário que só poderia ser temporariamente resolvido por meio de greve. (Joly. “Nota simples”. A Plebe. N.6. P.2. 21 de julho de 1917).

Na mesma coluna o periódico ainda adverte sobre a falsa ilusão de vitória dos operários em caso de uma greve. Para o jornal ganhar uma greve não significa o fim da luta, mas sim apenas a vitória de uma batalha e não da guerra e que essa vitória não significaria o fim da dificuldade que a classe trabalhadora passava durante a primeira República:

Mas não se iludam os obreiros com as vitórias das greves, estas pouco representam para o que há ainda há fazer. Uma greve ganha representa uma modesta conquista que não impede de se continuar a viver com dificuldade. (Joly. “Nota simples”. A Plebe. N.6. P.2. 21 de julho de 1917).

Nesse mesmo número, o periódico chama atenção para as reivindicações dos operários, e na coluna “O que reclamam os operários”, o jornal expõe duas listas, a primeira com reivindicações que afetariam o funcionamento interno das fábricas e a segunda lista, que nos interessa mais e que cita os pedidos a respeito de melhorias externas como, por exemplo, “o imediato barateamento dos gêneros de primeira necessidade” (A Plebe, 1917). No entanto o mais interessante é a crítica que o jornal faz em relação ao preço dos aluguéis das casas operárias:

4.0) Que os aluguéis das casas até 100\$000, sejam reduzidos de 30%, não sendo executados nem despejados por falta de pagamento os inquilinos das casas cujos proprietários se opunham aquela redução. (A Plebe. “O que

reclamam os operários”. N.6. P.3. 21 de julho de 1917).

Na semana seguinte o valor das habitações volta a ser criticado. A Plebe publica em uma coluna, uma lista de desejos dos operários, desejos que vão desde higiene no local de trabalho, como também a diminuição do valor do aluguel e novamente o preço dos produtos de primeiras necessidades,

(...) c) a higiene, ventilação e luz das fábricas, oficinas, cozinhas de hotéis, padarias e em todos os departamentos de trabalho. f) diminuição de 300\$0 nos aluguéis das casas. g) diminuição nos preços nos meios de locomoção fluvial e terrestre. h) Diminuição imediata nos preços dos gêneros de primeira necessidade.” (A Plebe. “O movimento tomou grandes proporções. A Plebe. N.7. P.2. 28 de julho de 1917)

Apesar de toda essa luta e busca por diminuição de preços de mercadoria, incluindo a diminuição do aluguel de suas habitações e aumento em seus salários, mesmo com a pressão exercida pela classe trabalhadora, os donos de mercearias continuavam a aumentar os preços de seus produtos. Tudo se aumentava em um valor astronômico, o que acabava por dificultar ainda mais a vida do operário em São Paulo, como denuncia o periódico: Tudo aumenta, tudo sobe, tudo se vende hoje a preços incríveis preços descomunais, a preços criminosos (A Plebe, “O problema das subsistências”. N.10. P.1. 18 de agosto de 1917).

Na história da classe trabalhadora, em alguns momentos os operários se mantiveram parados, na esperança de promessas de melhorias de qualidade de vida, porém o governo apenas os enganava, sempre fazendo com que os trabalhadores ficassem em um estado de inércia. Mas após perceberem que a mudança apenas ocorreria por suas mãos os operários voltaram a lutar pela sua causa, essa falta de movimentos por parte dos trabalhadores foi alertada pelo jornal, na coluna “Situação Operária”, onde ainda o jornal cita uma conhecida frase de Marx:

No Brasil, os operários durante muito tempo deixaram embalar por rendilhadas promessas, esperando o outrem a defesa de seus interesses, mas, ultimamente, por tal forma se tem conduzido os governos para com eles, que tiveram o sublime condão do os sacudir e despertar da letargia em que permaneciam, constringendo-os a refletir naquela frase por Marx pronunciada: - a emancipação dos trabalhadores há de ser obra dos próprios trabalhadores. (A Plebe, “Situação operária”. A Plebe. N.11. P.1. 25 de agosto de 1917).

Com receio de um possível levante por parte dos trabalhadores e como prevenção de uma greve iminente, os empresários, não hesitavam em ceder em alguns aspectos e assim acalmar um pouco o movimento que se desenvolvia, acabando os patrões por oferecer um aumento de até 20% dos salários dos

operários, como foi exposto na edição número 11, do jornal A Plebe de 1917:

A vista do que resultava do movimento grevista realizado nesta capital, não hesitou em oferecer aumento de 10% a 20% sobre seus vencimentos. Pensou talvez evitar que eles se declarassem em greve. (A Plebe. “A paulista está fazendo das suas”. A Plebe. N.11. P.2. 25 de agosto de 1917)

Porém ao mesmo tempo em que os donos das fábricas cediam em alguns aspectos, em outros eles descobriram novas formas de explorar ainda mais os operários. Uma nova forma de tentar enganar a classe trabalhadora, muitas vezes utilizando a própria economia nacional como desculpas para tentar fazer com que o trabalhador concordasse em trabalhar com o salário reduzido ou até mesmo de graça, na sua primeira edição de setembro, o jornal exemplifica essa artimanha por parte dos patrões, para isso o periódico utiliza de um exemplo fictício, porém poderia ser facilmente realizado:

Baseia-se ele no seguinte: um trabalhador ganha, por exemplo, 5\$000 réis. É muito, o escravocrata chama-o a sua presença e, com voz melíflua, buzina-lhe o sermão estudado: - meu amigo; a vida apresenta-se caríssima, a miséria prima esta pela hora da morte, a freguesia rareia a olhos vistos, por conseguinte desculpa-me, mas eu vejo me obrigado a baixar-lhe o salário para a metade até ver se melhores dias chegam. (A Plebe. “Farpas de fogo”. A Plebe. N.12. P.1. 1 de setembro de 1917)

O periódico A Plebe, foi criado em meio a Greve Geral de 1917, tendo a sua equipe editorial envolvidos com os movimentos libertários – principalmente anarquismo. Suas publicações começaram no dia 09 de janeiro de 1917 e foram publicados até 1951, porém durante a sua história aconteceram algumas interrupções, principalmente por causa da repressão. No ano de 1917, suas publicações foram até o mês de outubro. Com a prisão⁸¹ de Edgard Leuenroth o jornal A Plebe começa a prestar uma maior importância ao caso de sua prisão e ao mesmo tempo começa a sofrer forte repressão por parte da polícia, porém mesmo com a sua prisão o jornal ainda publicou alguns números, apenas cessou as suas publicações quando a polícia entrou na redação e o jornal teve as suas portas fechadas à força.

Que soluções para esses problemas?

Desde o período da República, as habitações da classe trabalhadora, têm sido alvo de estudos e críticas, sempre buscando entender o sistema urbanista brasileiro e buscar novas soluções para os problemas habitacionais, principalmente nas grandes cidades e

⁸¹ Leuenroth foi preso, acusado por liderar o saque que aconteceu no Moinho Santista (uma pilhagem do Moinho Santista, ocasião onde foram roubadas algumas sacas de farinha de trigo).

capitais, como por exemplo, a cidade de São Paulo, onde por toda a sua história a questão urbanística e habitacional tem sido um problema para as classes mais baixas.

Aprofundar o nosso conhecimento sobre os processos que culminaram no atual quadro e dinâmica das cidades brasileiras é importante para percebermos e pensarmos sobre as políticas públicas urbanas de habitação e assim entendermos melhor como as cidades foram construídas e organizadas. Também para buscarmos soluções para os problemas habitacionais, como cita o urbanista e professor Nabil Bonduki: alternativas que sejam formuladas a partir do conhecimento aprofundado das experiências históricas e não a partir de modelos preconcebidos (Bonduki, p. 315, 2004). Por isso o estudo da História tem o sentido de servir e nos ajudar a entender o presente, para que possamos interferir na consolidação do futuro.

Para que consigamos começar a pensar nas soluções para esses problemas habitacionais, precisamos realizar uma pesquisa, para saber o que a historiografia diz a respeito do assunto e quais soluções já foram propostas pela força estatal, pela classe trabalhadora e pelo setor privado e buscar também em trabalhos de pesquisadores sobre o tema,

como urbanistas, arquitetos, economistas e outros especialistas que, pensaram o problema. Devemos então ter em mente que a habitação não está isolada da sociedade e suas questões, tendo o problema da moradia incluindo as casas, o saneamento, a mobilidade urbana, a produção de mercadorias, e comércio de gêneros de primeira necessidade, o mundo do trabalho, dentro e fora das fábricas. Sendo assim no primeiro momento devemos analisar as origens do problema de habitação no Brasil, tendo em vista que esse é um problema que atravessa a história do Brasil, do capitalismo e a história da luta de classe e que atinge o Brasil até os dias de hoje.

O problema habitacional brasileiro tem sua origem muitos antes da República, associado a transição do modelo econômico agrário para o período industrial, com analisado por Nabil Bonduki (2004), no final do século XIX e início do século XX já se tinha noção em São Paulo do problema das habitações precárias. A imigração de europeus (principalmente italianos e portugueses) devido à consolidação e aumento da economia cafeeira em São Paulo colocava como necessidade uma produção massiva de habitações para atender a demandas de novos habitantes. Essa necessidade era atendida,

principalmente por um setor rentista, ou seja, uma iniciativa privada que com ajuda do governo produzia unidades habitacionais caracterizadas por condições insalubres de habitação, sendo as vilas e cortiços mais comuns. A grande demanda para ocupar essas habitações, tornava-as altamente lucrativas, sendo um caminho para o empresário fabril investir o seu dinheiro e obter ainda mais lucro.

Desde a sua origem, essas novas habitações acabam por criar uma crise no sistema habitacional, onde as moradias operárias estavam construídas muito próximas das outras, geralmente sendo casas geminadas, formando assim a característica das vilas operárias e constituindo um “formigueiro”, como caracteriza Aluísio de Azevedo em sua obra “O Cortiço”. O seu interior era muito precário, as casas eram construídas com materiais de má qualidade, sua área total era pequena e nela moravam até seis pessoas.

Para que possamos começar a falar sobre as soluções para esta crise habitacional que sempre se fez presente durante a história da humanidade, vamos recorrer a “A questão da habitação”

(Engels, 1873)⁸², onde apesar do autor fazer críticas às ideias de Proudhon, ele nos mostra o modo como Pierre-Joseph Proudhon⁸³ pensava também, a questão da habitação e a solução para a melhoria dessas construções. Nesta obra, Engels considera a habitação apenas como uma mercadoria disponível no mundo capitalista, um objeto de compra e aquisição, mas não concede a devida importância para o papel do inquilino, onde o trabalhador vende a sua força de trabalho, existindo ali uma luta de classe. Proudhon afirma que essa crise habitacional era fruto e ferramenta para a manutenção da exploração e opressão capitalista, tendo um fim nesse problema fim apenas com a eliminação da opressão da classe trabalhadora, fazendo assim uma relação entre ela e a opressão sofrida.

Ela atingiu de uma forma bastante parecida todas as classes oprimidas de todos os tempos. Para pôr fim a esta falta de habitação, há apenas um meio: eliminar pura e simplesmente a exploração e opressão da classe trabalhadora pela classe dominante. (Engels, p. 16,1988).

Esta seria uma solução teórica proposta pelo anarquismo, destruir a exploração sobre a classe trabalhadora, assim os trabalhadores passariam a

⁸² Escrito por Engels de maio de 1872 a janeiro de 1873. Publicado pela primeira vez no *jornal Volksstaat*, em Leipzig, em 1872 e 1873.

⁸³ Pierre-Joseph Proudhon (1809-1865) foi um filósofo político e econômico francês, é considerado como um dos grandes pensadores do Anarquismo do Século XIX.

receber toda a atenção e a sociedade não apenas teria como principal intuito, gerar lucros para um grupo pequeno de senhores, mas sim começaria a pensar no bem comum e todos, inclusive a classe trabalhadora, teriam um lugar digno para morar.

A casa, uma vez construída, representa um título jurídico eterno sobre certa fração do trabalho social, embora o valor real da casa já há muito tenha sido mais do que suficientemente pago ao proprietário na forma de aluguel. É dessa maneira que uma casa construída, por exemplo, há cinquenta anos pode, durante esse tempo, com a receita do seu aluguel, cobrir duas, três, cinco, dez vezes etc., o custo original. (Engels, p. 19. 1988).

Outra possível alternativa seria o proprietário o imóvel alugado, depois de algum tempo, ceder a casa ao seu inquilino, já que dentro de alguns anos ou décadas o valor pago no aluguel já quitaria a construção e teria excedente para o dono ter seu lucro e até construir outra residência. Logicamente que esse tempo seria o suficiente do proprietário reaver o capital que tenha sido investido nessa construção, obviamente que se pode pensar em uma compensação para este proprietário, ou até mesmo que esse ato (ceder a casa ao inquilino) possa ocorrer após a morte do inquilino, assim se acabaria também com a ideia de heranças e com as grandes heranças.

Na questão da vila, o dono da fábrica poderia ceder a casa aos seus operários, diminuindo os gastos dos trabalhadores e resolvendo a questão dos aluguéis caros e seus aumentos. Ou então o patrão poderia fazer um financiamento da habitação para o seu operário, em que o patrão escolheria um valor justo para tal habitação e com o tempo, com parcelas o operário poderia quitar essa dívida com seu patrão.

Porém, existem também possíveis medidas para solucionar esses problemas, como por exemplo, a criação das vilas operárias, como uma proposta de casas isoladas, sendo um modelo considerado mais higiênico, pois as casas eram isoladas, dispostas de formas ordenadas em um quarteirão, sem delimitação de lote o até mesmo acesso direto à via pública. Seria este um modelo de vila operária, mais arejado, o que dificultava as infiltrações e precarização das casas⁸⁴.

Edgard Leuenroth possuía algumas soluções para a questão da habitação, essas soluções ele publicou no jornal “O Libertário” em forma de sete artigos. Leuenroth faz um balanço da situação em que o Brasil passava frente ao capitalismo, nesses artigos Leuenroth

⁸⁴ Ver a obra “Origens da habitação social no Brasil”, (BONDUKI, p. 59, 2004).

propõe uma reforma nas bases administrativas e econômicas do Brasil, para que assim alguns problemas que estavam atingindo a população pudessem ser solucionados, nestes artigos Leuenroth enfatiza as medidas que precisam ser tomadas para a reorganização habitacional.

Entre as suas sugestões estão: a utilização de terrenos baldios pelos trabalhadores, uma apropriação de terras; redirecionar os grandes depósitos de capital (banco, igrejas e riquezas naturais como gás e água) para a construção de habitações higiênicas e salubres para o operário; estabelecer uma cota de construção de casas populares para cada arranha-céu que for construído; cobrar das autoridades públicas que o encanamento de água e esgoto chegam às ruas dos bairros das vilas operárias, criação de praças arborizadas (Leuenroth, 1962). Para Leuenroth a solução para a crise habitacional brasileira tinha que surgir de dentro da sociedade, tinha que ser uma mudança interna, como analisa por Christina Lopreato (2009):

A solução, portanto, dever-se-ia buscar no interior do próprio país, e não na importação de

modelos pré-fabricados. Para ele, nossos problemas só podem ser solucionados por quem aqui vive, trabalha, produz e concorre para o progresso do país. Para enfrentar o que chamou de quadro de chocante desequilíbrio do Brasil, de contraste, de fosso entre uma pequena elite que desfruta as benesses e os prazeres do sistema capitalista e mantém a grande maioria da população brasileira mal alimentada, mal vestida, roída na sua saúde e mantida na ignorância. (Lopreato, 212, 2009.)

Com a sua palavra de ordem sendo “reagir”, Leuenroth sabia que encontraria uma resistência para pôr em prática a sua revolução. A mentalidade controlada pelo conformismo e para que a sociedade saia do seu estado de inércia, primeiro precisaria acabar com o Estado, considerando que o Estado é um “órgão parasitário, surgido por meio da violência e da astúcia para ser um instrumento governamental de domínio e de sucção.”⁸⁵

Em outubro de 1962, Leuenroth publica uma coluna denominada “O problema da Habitação” ⁸⁶, onde ele propõe especificamente soluções para a crise habitacional no país. Ele começa questionando a existência e a falta de uso de terrenos baldios, como também questiona sobre a reserva de capital que o estado e a igreja possuem e porque esse

⁸⁵ Edgard Leuenroth. Qual a solução para o problema do Brasil?. Texto digitalizado, p. 18.

⁸⁶ Disponível em: <https://bibdig.biblioteca.unesp.br/bitstream/handle/10/8969/o-libertario-1962-0012.pdf?sequence=2&isAllowed=y>. Acesso em: 16/07/2019.

capital não é utilizado para construções de habitações sociais:

Não existem dentro das cidades e de suas periferias terrenos baldios? Não há, igualmente, capitais vultosos acumulados nos bancos, nos institutos de aposentadorias usados para construções suntuosas? Não se acumula uma fortuna colossal nos depósitos de gás, luz e água e nas caixas econômicas? E que fortunas imensas não entesouram as congregações religiosas para se para serem canalizadas para o Vaticano?. (O Libertário, Edgard Leuenroth, ano 2. Nº 12, outubro de 1962, São Paulo.)

Além de questionar sobre esse capital retido pelas instituições, Leuenroth também nos fala sobre a ideia de uma cooperativa, composta por vários agentes, desde os operários até mesmo engenheiros, onde ele indica que os inquilinos poderiam pagar por essas construções. Porém esse pagamento em parcelas mensais, como uma forma de financiamento, mas o financiador seria a cooperativa, excluindo assim os banco e estado dessa equação, sendo estas instituições as maiores exploradoras do povo.

Nessa obra poderão ser ativadas cooperativas formadas por engenheiros, operários da construção civil, oleiros, por todos aqueles, enfim, que contribuem para as construções, incluindo os próprios inquilinos, que cobrirão o custo das casas em prestações mensais. Poder-se-á, ainda, estabelecer que a cada arranha-céu construído corresponda o compromisso da construção de uma certa porcentagem de casas populares. (O Libertário, Edgard Leuenroth, ano 2. Nº 12, outubro de 1962, São Paulo.)

Edgard Leuenroth deixa claro que para a construção e realização dessas soluções o povo trabalhador tem que

estar envolvido internamente, que esta intervenção deve acontecer com união entre os trabalhadores e sindicatos e que não se deve esperar nada do poder governamental:

Mas nada se fará sem a intervenção direta dos interessados, dos inquilinos, do povo, que nada poderá esperar de quem quer que seja — da burocracia parlamentar e governamental ou de partidos políticos. O problema da habitação somente poderá ser resolvido pela ação popular, direta, ativa e incessante, organizando-se o povo em ligas de inquilinos e consumidores, de ruas, ampliando-se por quarteirões, bairros e cidades e agindo em cooperação com os sindicatos operários. (O Libertário, Edgard Leuenroth, ano 2. Nº 12, outubro de 1962, São Paulo.)

Logo fica evidente que, para Leuenroth, a solução para a situação das habitações populares é a criação de cooperativas, um gestão direta para que assim o trabalhador possa se ajudar, cooperativas que ajudariam não apenas na questão das habitações, mas também nas questões de abastecimento de gêneros de primeira necessidade, onde se criaria uma rede de cooperativas, interessando trabalhadores e não os patrões que fazem uso dessas habitações para acumular riquezas e fortunas a custo da exploração do povo.

Neste caso, cada sindicato deveria criar uma cooperativa e a união dessas organizações formaria uma confederação cooperativa e com esse processo todos os intermediários, os banqueiros e patrões, todos que

exploram a classe trabalhadora desapareciam, surgindo assim uma sociedade mais justa.

Outra solução para esses problemas habitacional é a questão dos salários dos trabalhadores, aspecto que sempre era abordado e criticado pelos periódicos libertários. Considerando que os salários tinham uma grande influência no bem estar dos trabalhadores e também pelo fato de que grande parte do salário era destinada ao pagamento do aluguel de suas casas, que inclusive mal bastavam para pagar os aluguéis em suas moradias precárias:

Os salários mal bastavam para o pagamento de alugueis de casebres ou quartos em cortiços, em lugares sujos e lamacentos, que em dias de chuva se tornavam quase impraticáveis. Os trabalhadores chegavam ao trabalho molhados e enlameados. (Biondi; Toledo, P. 67, 2018).

Geralmente a reivindicação da classe trabalhadora envolvia o aumento de seus vencimentos, pois assim eles teriam maiores chances de melhorar a sua qualidade de vida e de seus familiares. A principal preocupação do trabalhador fabril era não deixar que sua família sentisse fome, o que também implicava em não poder faltar o trabalho, nem mesmo por causa de doença já que cada falta no serviço seria descontado do

seu salário já baixo, como visto em A Plebe “Este dito tudo. Mora numa alfaria tem mulher e filhos a sustentar, e um dia sem trabalho é um dia de fome e desespero.” (R.F. “Commentarios de um plebeu”. A Plebe. N.2. P.1. 16 de junho de 1917).

Na realidade a situação da vida financeira operária era mais grave do que apontavam algumas estatísticas, como em “História da indústria e do trabalho no Brasil”, onde Hardmam (1991) utiliza um estudo realizado por Edgard Leuenroth e Hélio Negro, que nos mostra que o salário do trabalhador não era o suficiente para manter uma vida digna e pagas o seu aluguel ao mesmo tempo. Isso tendo em mente que despesa como divertimento, bebidas, locomoção e educação não foram consideradas para confeccionar este estudo⁸⁷:

Observando a tabela na obra “História da indústria e do trabalho no Brasil”, (Hardman, 1991, p 201.), podemos observar o salário que o operário recebia no fim do mês não era o suficiente para manter uma boa condição de vida. Além de serem baixos, muitas vezes eram trocados por vales para que fossem gastos nas mercearias das próprias vilas, ou seja, muitas vezes o

⁸⁷ Edgard Leuenroth e Hélio Negro. Levantamento sobre a pauperização crescente das famílias proletárias. Publicado no opúsculo “O que é Marxismo ou Bolchevismo”, São Paulo, 1919.

patrão decidia como o trabalhador iria receber seus vencimentos, uma forma do patrão ter um controle sobre o seu funcionário. Os gêneros alimentícios de primeira necessidade também impactavam no orçamento familiar, pois além dos baixos salários, os preços dos alimentos sofriam constantes aumentos e até mesmo falsificação.

A solução para este problema seria a criação de leis que teriam como princípio melhorar a vida dos trabalhadores, como por exemplo, em 1936, com a criação da Lei Nº 185, de 14 de janeiro de 1936⁸⁸, onde consta:

Art. 1º Todo trabalhador tem direito, em pagamento do serviço prestando, num salário mínimo capaz de satisfazer, em determinada região do País e em determinada época, das suas necessidades normais de alimentação, habitação, vestuário, higiene e transporte.

Art. 2º Salário mínimo é a remuneração mínima devida ao trabalhador adulto por dia normal de serviço. Para os menores aprendizes ou que desempenhem serviços especializados é permitido reduzir até de metade o salário mínimo e para os trabalhadores ocupados em serviços insalubres e permitido argumenta-lo na mesma proporção. (Brasil, Lei Nº 185, de 14 de janeiro de 1936.)

O salário mínimo se estabeleceu ao mesmo tempo em que surgiram diversos inquéritos e pesquisas sobre o padrão da vida operária, mostrando

assim uma preocupação por parte do estado em relação à infraestrutura dos operários. Em 1936 o governo de São Paulo encomendou uma pesquisa de Sérgio Milliet sobre o custo de vida operário, e é nesta pesquisa que podemos ver onde o salário mínimo pode ter sido apoiado:

Em resumo: a determinação do salário mínimo deve basear-se no estudo objetivo do padrão de vida. Para que este salário seja sempre útil, deve sofrer modificação periódica correspondente as oscilações do custo de vida. O único método prático consiste na elaboração de índice de preços. E para que preencham seus fins, estes devem ser científicos e baseados no conhecimento perfeito da importância dos vários gêneros no custo de vida, isto é, baseia-se na determinação prévia do padrão de vida. (Milliet, 1936)⁸⁹

Ou seja, era necessária a criação do salário mínimo para que assim o custo de vida do operariado pudesse ter alguma expectativa de melhoria, já que o atual rendimento mensal não considera despesas extras como vestuário, lazer e educação.

Outra questão que deveria ser levado em conta e se pensar algumas formas de melhorar a vida operária em São Paulo é o desregulamento dos preços das mercadorias de primeira necessidade. Algo que afeta diretamente

⁸⁸ Brasil. Lei Nº 185, de 14 de janeiro de 1936. Dispõe sobre o salário mínimo. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br>. Acesso em 14/08/2019.

⁸⁹ “Salário mínimo”, (noticiário), Revista do Arquivo Municipal, São Paulo, Dep. de Cultura, 1937, nº32, p 122.

o salário do trabalhador e por consequência o sua habitação, já que o aumento dos alimentos “diminuía” ainda mais o dinheiro que poderia ser usado para melhorar a sua habitação ou até mesmo aumentar o seu poder de consumo e encontrar uma casa melhor para ele e sua família.

Tendo em vista que os alimentos aumentavam quase que diariamente, “o imediato barateamento dos gêneros de primeira necessidade” (A Plebe, 1917) passa a ser uma prioridade para o trabalhador paulista no início do século XX, como noticiado em A Plebe em julho de 1917:

Os trabalhadores vendo, dia a dia, os seus salários diminuídos, o vendeiro aumentando consideravelmente os gêneros de primeira necessidade, encontravam-se num estado tão lastimoso e precário que só poderia ser temporariamente resolvido por meio de greve. (Joly. “Nota simples”. A Plebe. N.6. P.2. 21 de julho de 1917).

O barateamento dos gêneros de primeira necessidade sempre foi uma reivindicação dos operários, pois além de absorver parte dos seus vencimentos, muitos desses alimentos eram falsificados como produtos prejudiciais à saúde pública. O aumento destes alimentos geralmente acontecia logo após os trabalhadores conseguirem um aumento de seu salário ou ganho de alguma reivindicação e que passou a ser

uma preocupação até mesmo do Comitê de Defesa Proletária, como nos mostra, onde ela sugere algumas medidas que deveriam ser analisadas pelo estado e pelos patrões.

Logo esse problema apenas poderia ser resolvido com a criação de um órgão regulador vinculado ao poder público ou até mesmo sobre a responsabilidade dos trabalhadores e suas ligas operárias, um órgão com poderes de nível municipal, estadual ou até mesmo federal, onde este órgão seria destinado a fiscalizar todos os tipos de alimentos e produtos de primeira necessidade, desde a matéria prima, passando por embalagens e outros elementos que possam influenciar na qualidade dos alimentos.

O saneamento básico (esgoto, limpeza urbana e controle de pragas) também era outro problema que influenciava na questão habitacional paulista, o pouco saneamento básico foi o principal culpado por diversas epidemias que ocorreram em São Paulo no início do século XX, questões de infraestrutura ocorriam em bairros operários e periferias, onde os moradores reivindicavam melhorias no sistema de saneamento, desde redes coletoras de esgotos, abertura de vias e até manutenção e canalização de córregos

devidos as constantes enchentes. Muitos dos bairros operários não possuíam muita estrutura, fazendo com que a contaminação de doenças e mortalidade infantil fosse maior, como observado por Decca em 1987:

Nos bairros onde havia pobreza, sem fiscalização, sem rede de esgotos, sem água encanada, onde os poços eram construídos muito próximos das fossas, a contaminação era maior, a mortalidade infantil mais alta. Mesmo até 1933-1934 o Brás e o alto da Mooca, Belenzinho, Ipiranga, bairros mais antigos e populosos, não haviam recebido infraestrutura urbana condizente com seu crescimento, sendo sua situação parecida a de inúmeros bairros operários e pobres de formação mais recente, construídos rapidamente. (Decca, P.39, 1987).

Na cidade de São Paulo, a questão de sanitária inicialmente foi tratada pelo Código Sanitário Estadual, criado em 1894, onde através dele os médicos higienistas concluíram que o contágio e propagação de doenças aconteciam em função do meio inadequado das habitações.

Em 1911 o engenheiro Victor da Silva Freire abordou⁹⁰ a importância da luz e do ar na salubridade das habitações operárias em São Paulo. O modo de construção dessas construções, no estilo geminadas era responsável pelas precárias condições de ventilação, fazendo assim com que muitas vezes o

sol não incidia nas residências aumentando assim umidade dos locais, para resolver esses problemas foi necessário algumas medidas que se estendiam desde a rua até dentro das residências, como por exemplo, a Lei nº 1.596, de 29/12/1917⁹¹, que reorganiza o Serviço sanitário do Estado, e segundo a lei fica a cargo do estado:

Artigo 2.- O serviço sanitário a cargo do Estado compreende:

- 1.º - O estudo científico de todas as questões relativas á saúde pública;
 - 2.º - O estudo da natureza, etiologia, tratamento ou profilaxia das moléstias transmissíveis que aparecerem ou se desenvolverem em qualquer ponto do Estado, bem como quaisquer pesquisas científicas que interessem á saúde pública;
 - 3.º - O exame das condições mesológicas em geral e particularmente o seu interpretativo, no sentido da higiene geral
- 15.º - A difusão dos princípios gerais de higiene publica por meio da distribuição de exemplares das leis, regulamentos e instruções e quaisquer outras publicações de caráter oficial relativas a este objeto. (Brasil, Lei Nº 1.596, de 29 de dezembro de 1917.).

Desde o início da classe trabalhadora, o governo e elites sempre estiveram atentos às condições mínimas de sobrevivência para os trabalhadores, pois necessitava que os trabalhadores tivessem plena força e condições de trabalho, a elite precisa de que os trabalhadores tenham forças para realizar o trabalho duro, força para se locomover até o seu trabalho diário, a elite e o

⁹⁰ “Melhoramentos de São Paulo”. Victor da Silva Freire, Revista Politécnica, 1911.

⁹¹ BRASIL. Lei Nº 1.596, de 29/12/ 1917. Dispõe sobre a reorganização do Serviço sanitário do estado. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/norma/65811>. Acesso em 14/08/2019.

governo precisavam oferecer pelo menos o mínimo de assistência, ou seja, mesmo com todo esse descaso com a classe trabalhadora, as habitações operárias sempre tiveram certa atenção por parte das autoridades públicas, como nos mostra o arquiteto e historiador Carlos Alberto Cerqueira Lemos em 1989:

Ao contrário dos cortiços, essas casas, com o passar do tempo, foram justificando benefícios fiscais destinados a incrementar a sua construção, pois a falta de habitações nunca deixou de preocupante, apesar desses incentivos e do sempre crescente número de obras novas. (Lemos, 1989, P. 59).

Porém mesmo com essa preocupação, a solução para os problemas sanitários acaba se tornando algo difícil de pensar, pois a cidade de São Paulo não tinha se preparado para receber milhares de imigrantes que chegaram durante o final do século XIX e início do XX.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As habitações operárias nos faz refletir acerca de contexto histórico do cotidiano da cidade de São Paulo no início do século XX. A questão habitacional tem uma importante relação com a sociedade paulista, teve sua relevância levantada durante a Greve Geral de 1917, mobilização que entre as suas reivindicações estava a péssima

condição das vidas desses operários e o local com o qual eles residiam junto com sua família.

Com essa pesquisa tentamos contribuir com a escassa historiografia sobre as habitações operárias, acrescentando com o conhecimento e análise das condições da classe trabalhadora e suas habitações. Para isso usamos o ano de 1917 como um guia para a nossa pesquisa, já que foi um ano de bastante movimentação da classe operária.

Um dos maiores desafios encontrados ao trabalhar com as “habitações operárias” é que estes agentes sociais – os trabalhadores – são condicionados como sujeitos anônimos, uma massa de indivíduos apáticos, sem muita presença perante a sociedade em que ela se encontra inserida, sempre o principal objetivo da história dar voz, nomes e condições de sujeitos históricos, independentemente de sua classe social, cor, gênero, nacionalidade ou qualquer outra característica.

Como observado, a historiografia tem se preocupado com as condições mais gerais e práticas da existência da classe operária como, por exemplo, Eric Hobsbawn a nível global com seu livro “Os trabalhadores” (1981); Claudio H. Morais Batalha, com sua obra “O

Movimento operário na Primeira República” (2000), a obra da historiadora Maria Auxiliadora Guzzo Decca “A vida fora das fábricas: Cotidiano operário em São Paulo 1920-1934” (1987) e Boris Koval em “História do proletariado brasileiro” (1982) a nível nacional, obras que contribuem com estudos sobre a vida operária no Brasil, na qual esses autores quase sempre estão analisando a vidas dessas pessoas nas fábricas, quase sempre não se preocupando com as habitações da classe trabalhadora e suas características. Pois de um modo geral, a historiografia do mundo do trabalho até a década de 70/80 se preocupava com a organização dentro da fábrica, como era o cotidiano fabril, analisando características como o modo de exploração. Apenas a partir dos anos 80 no Brasil é que a historiografia e sociologia passaram a se ocupar com a vida fora das fábricas, analisando seus bairros, associações, festividades e outras características.

Sendo assim, este trabalho possui a responsabilidade e intuito de evidenciar o cotidiano social da classe trabalhadora e a relação desta classe com a sociedade paulista, desconstruindo a imagem de que o operário tinha a serventia apenas para o mundo fabril, que é um equívoco, pois os operários

movimentavam a economia, possuíam uma demanda por lazer, e necessitavam que seus direitos fossem garantidos de alguma forma. Assim o operário paulistano acabou por ser um agente modelador da cidade de São Paulo e também do Brasil.

A sociedade operária foi exposta como sendo algo exclusivo do mundo das fábricas e indústrias, o trabalhador sendo apenas mais uma engrenagem, uma peça, isso se deve às medidas políticas que surgiram para tentar controlar ainda mais os operários como nos lembra Decca (1987):

O cotidiano operário, em alguns de seus aspectos, foi visto, pensado, e como foram elaboradas soluções para os problemas operários. A maneira de como o operário e/ou pobre foram vistos na sociedade capitalista foi responsável, de certa forma, pela maneira com que os tratados pelos tipos de legislação, modos de administração e formas de políticas públicas e privadas que tão concretamente afetaram sua vida e condição. (Decca, 1987, p. 50).

Observando todas essas leis feitas para beneficiar os empresários, a classe trabalhadora começou a se organizar e criar uma identidade muito forte e bem estruturada, tentando resistir ao sistema capitalismo e a opressão por parte dos patrões, surgindo assim um novo mundo de manifestações culturais e políticas como observa Batalha (2000).

Um extraordinário universo de manifestações culturais e associativas revelou-se durante a primeira república (...). Em ambos os casos, o público era fundamentalmente o mesmo: as classes trabalhadoras. (Batalha, 2000, p. 63).

Com esse novo mundo surgiu da união dos trabalhadores, através de sindicatos e associações de ajuda mútua, com uma grande influência de ideais libertários e com ajuda de periódicos independentes como, por exemplo, A Plebe, dando assim voz ao povo operário.

A classe trabalhadora sempre esteve em luta, em busca de melhorias para a sua vida, e devido a isso usamos o aspecto social cultura operários, como ferramenta para entender a relação e cotidiano dos operários com a sociedade e espaços públicos de São Paulo, além de analisar as políticas públicas, sempre visando às habitações dos trabalhadores e como estas eram vistas e criticadas pelos periódicos no ano de 1917. Para isso foi preciso no primeiro momento conceituar o que seriam as vilas operárias, para essa definição usamos Eva Blay (1985), sendo a definição de vila a seguinte:

A diferença essencial que distingue as vilas operárias reside no fato de que elas são propriedade das próprias indústrias empregadoras e se destinam basicamente ao uso da força de trabalho ligada à empresa. Originalmente estas vilas são construídas pelas próprias indústrias ou são compradas já prontas. (Blay, 1985, p. 11).

Após essa definição utilizamos as vilas como ferramenta que nos auxilia a entender o mundo operário, sendo que as vilas são um fenômeno social, cultural, econômico e político. Durante a pesquisa o objetivo geral foi analisar e investigar as críticas feitas por esses periódicos libertários e quais as soluções propostas para esse problema. Tendo como fonte de pesquisa o periódico “A Plebe”, não inviabilizando esporadicamente o uso de outros periódicos. Tivemos como apoio a obra da Maria Auxiliadora Guzzo Decca (1987), onde por mais que a sua pesquisa seja sobre anos posteriores, do que o recorte temporal desta pesquisa, este fato não nos impede de construir um bom diálogo entre ambas as pesquisas.

No primeiro momento contextualizamos a vida da classe trabalhadora na primeira República, com isso evidenciamos que as demandas dos operários quase sempre giravam em torno de seus vencimentos e salários, e isso acaba por criar um conflito entre empregados e patrões. Conseguimos também evidenciar que as habitações operárias além de servirem como residências, elas também serviam como mais um modo do empresário reaver o seu dinheiro, se tornando assim um negócio capitalista de arrecadação de fundos. Neste contexto nos utilizamos

como base o livro “Eu não tenho onde morar” (Blay, 1985) onde com ele conseguimos entender melhor o sentido da moradia popular e a relação da casa com o operariado. Em seguida tratamos como era a vida operária, as longas jornadas de trabalho, à exploração de trabalho infantil, o descaso por conta do governo e a busca por direitos trabalhista, como direito e greve, salário justo e aumento de salário.

Já durante a segunda parte realizamos pesquisa documental descritiva, com a leitura do periódico *A Plebe*, sendo um periódico independente e libertário (Anarquista), se encontram mais informações sobre as críticas que se fazia sobre o governo e até mesma a vida operária e devido ao sua ideologia libertária apresentavam as reais condições das habitações operárias.

Através dessa investigação conseguimos perceber a diferença das vilas operárias, e toda a luta da classe trabalhadora por melhorias de vida, sempre em busca de aumento de seus salário, melhoria na qualidade dos gêneros de primeira necessidade, sendo esta uma pesquisa uma coleta de dados onde buscamos nos periódicos as notícia ou falas referentes ao cotidiano social dos trabalhadores e também sobre as suas habitações, onde construímos uma

alinha temporal sobre as habitações operárias e também já buscamos soluções para os apontamentos feitos durante a pesquisa e realizados pelo periódico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BANDEIRA, Moniz. (1967), *O ano vermelho: a Revolução Russa e seus reflexos no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

BEIGUELMAN, Paula. (2000), *Os companheiros de São Paulo: Ontem e hoje*, ed. Cortez, São Paulo.

BATALHA, Cláudio Henrique de Moraes. (2000), *O Movimento operário na Primeira República*. Rio de Janeiro: Zahar.

BLAY, Eva Alterman. (1985), *Eu não tenho onde morar: vilas operárias na cidade de São Paulo*. São Paulo: Nobel.

BIONDI, Luigi; TOLEDO, Edilene. (2018), *Uma revolta urbana: A greve geral de 1917 em São Paulo*. Fundação Perseu Abramo.

BONDUKI, Nabil. (2004), *Origens da habitação social no Brasil*. São Paulo: Estação Liberdade.

CHALHOUB, Sidney. (1986), *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. São Paulo: Brasiliense.

DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo. (1986), *A vida fora das fábricas*. São Paulo. Paz e Terra.

- DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo. (1991), *Indústria, Trabalho E Cotidiano: Brasil – 1889 a 1930*. São Paulo: Atual, (História em documentos).
- ENGELS, Friedrich. (1988), *A questão da habitação*. São Paulo: Ed. Acadêmica.
- FAUSTO, Boris. (1986), *Trabalho urbano e conflito social, 1890-1920*. 4º ed. São Paulo. Difel.
- FRANZINA, Federico (org.) (2010), *História do trabalho e histórias da imigração: trabalhadores italianos e sindicatos no Brasil*. São Paulo. Edusp/FAPESP.
- HARDMAN, F. Francisco, LEONARDI, Victor. (1991), *História da Indústria e do Trabalho no Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Ática.
- HARVEY, David. (2013), *Cidades Rebeldes*. São Paulo: Martins Fontes.
- KHOURY, Yara M. (1981), *As greves de 1917 em São Paulo e o processo de organização proletária*. São Paulo: Cortez.
- KROPOTKIN, Piotr. (2009), *A moral anarquista*. Lisboa: Edições Sílabo.
- KROPOTKIN, Piotr. (2005), *Palavras de um revoltado*. São Paulo: Imaginário.
- LEMOS, Carlos A. C. (1989), *Alvenaria Burguesa: breve história da arquitetura residencial de tijolos em São Paulo a partir do ciclo econômico liderado pelo café*. São Paulo, Nobel.
- LEMOS, Carlos A. C. (1989), *História da casa brasileira*. São Paulo: Contexto.
- LEUENROTH, Edgard. (1963), *Anarquismo: roteiro da libertação social*. Rio de Janeiro: Editora Mundo Livre.
- LOPREATO, Christina Roquette. (2000), *O espírito da revolta: a greve anarquista de 1917*. São Paulo. Annablume/Fapesp.
- LOPREATO, Christina Roquette. (2009), *O (des)encontro do Brasil consigo mesmo: ditos e escritos de Edgar Leuenroth*. In: Verve, *Revista do Núcleo de Sociabilização Libertária do Programa de estudos pós-graduados em Ciências Sociais da PUC: São Paulo*, nº15, P. 201-221.
- LOPREATO, Christina Roquette. (2003) *Sobre o pensamento libertário de Kropotkin: indivíduo, liberdade, solidariedade*. In: *História & Perspectivas, Uberlândia*, (27 e 28): pp. 557-572.
- MARAM, Sheldon Leslie. (1979), *Anarquistas, imigrantes e o movimento operário brasileiro 1890 – 1920*. Ed. Paz e Terra S.A. Rio de Janeiro.
- PROUDHON, P. J. *A nova sociedade*. Editora Rés. Porto, n/ d.
- TOLEDO, Edilene; BIONDI, Luigi. (2018), *Uma Revolta Urbana. A greve geral de 1917 em São Paulo*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.